



O QUE FAZER COM TIME QUE ESTÁ PERDENDO?

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

Todos os dados indicam que a educação brasileira é um time que está perdendo — em todos os níveis. O diagnóstico que inclui nossa educação entre as piores do mundo se expressa, numa ponta, nos números medidos pelo PISA, nos resultados sofríveis que nossas escolas obtêm do SAEB, e na outra, no fato de que apenas a USP se inclui entre as 150 melhores universidades do mundo. Há pouco a ser preservado no nosso ensino, e a única boa notícia é que podemos ousar.

A avaliação é o único mecanismo que permite ao poder público monitorar um setor prioritário para o desenvolvimento do País. Na última década, o Governo Federal tem avançado nessa área, implantando provas de avaliação para os estudantes egressos dos vários níveis de ensino. Esse primeiro passo é fundamental, mas avaliação precisa ter consequência e não pode ser vista como um fim em si mesma. Feita a avaliação, portanto, é necessário que haja incentivos: positivos — como as verbas para escolas com metas de desempenho atendidas — e negativos, ou seja, sanções para aqueles que não cumprem com sua responsabilidade.

No Brasil, temos de ter a coragem de unir os dois tipos de incentivo. Afinal, quem perde com a baixa qualidade da educação brasileira? Todos nós, mas a perda acaba sendo “socializada” e quase não gera efeitos corretivos.

Um exemplo são os professores, que não são praticamente afetados pela baixa qualidade do ensino. Outro são os alunos que, apesar de sofrerem mais diretamente, ao longo da vida, as consequências de uma educação de baixa qualidade, não têm sido capazes de se comprometer com sua formação e possuem pouco interesse em exigir ações concretas em relação aos maus resultados.

Hoje, no Brasil, milhares de alunos obtêm conceito insuficiente em provas oficiais e são diplomados como se tivessem alcançado o mérito mínimo exigido. Um diploma de ensino fundamental não é garantia de que a pessoa domina as operações aritméticas, ou a língua pátria, assim como há diversos alunos formados em Medicina



exercendo a profissão tendo tirado nota zero no ENADE. Podemos nos conformar com isso? Acomodar-se a essa situação é condenar definitivamente quem estuda nas escolas públicas a buscarem empregos de segunda classe e o País, ao atraso.

De alguma maneira, alunos e professores têm de ser corresponsáveis pelo sucesso de todo o sistema educacional. E não há outra maneira de quebrar o ciclo da mediocridade a não ser por mecanismos que forcem a cobrança mútua dos dois maiores envolvidos na qualidade da educação: professor e aluno.

Diante disso, sugerimos que se vá um passo além das iniciativas atuais — a transformação do exame nacional de avaliação em um exame obrigatório de suficiência — para que o aluno tenha direito a qualquer tipo de diploma, de qualquer nível de ensino. Essa proposta fundamenta-se na crença de que nada mudará no Brasil sem dar consequência à avaliação das instituições e dos sistemas, ou seja, a volta aos bancos escolares dos alunos que não obtiverem o resultado mínimo.

Começaríamos com o exame de suficiência no ensino fundamental, isso em quatro anos se estenderia ao ensino médio e, mais para frente, ou até concomitantemente, às profissões que colocam em risco o cidadão. Com isso, em poucos anos, nenhum diploma no Brasil seria expedido sem a garantia de que o estudante domina, razoavelmente, os conteúdos mínimos, as habilidades e competências exigidas para aquele nível de ensino, podendo o aluno reprovado estudar mais e fazer o exame quantas vezes fosse preciso até provar que está capacitado.

Num tal contexto, só uma prova de caráter nacional e que conste do currículo do aluno faria com que não tivéssemos mais diplomados analfabetos funcionais, escolas e professores que não sabem ensinar e não se importam com o fracasso dos alunos.

Tal medida faria com que pais e alunos, com medo de que seus filhos passem anos na escola e depois não consigam ter o diploma, talvez se engajassem na luta pela efetiva qualificação do ensino brasileiro, pressionando governos e escolas — aí sim! — a investirem e cobrarem mais dos professores, por melhores processos e infraestrutura, etc. Quando sofrem o efeito do resultado, os envolvidos passam a procurar soluções efetivas para o problema.



Nem precisamos listar aqui os argumentos contrários a essa proposta e que poderão facilmente ser utilizados para tentar, mais uma vez, fazer com que nada mude. Conhecemos os velhos chavões e quem os usa. Sabemos o que está por trás deles também.

Não há a ilusão de ser esse um remédio para todos os males, mas isso pode ajudar a reverter o quadro da educação brasileira sobre a qual o único consenso de que se dispõe é negativo: pior do que está não pode ficar!

Abril de 2009